

# Hierarquias sociais, normas e variações linguísticas em São Paulo

(Social hierarchies, linguistic norm and variation in São Paulo)

Hosana dos Santos Silva<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo (USP)

hosanasantos@usp.br

**Abstract:** In this research we discuss the complex social and linguistic experience of a group of educated speakers, viz the republican intellectuals of São Paulo, at the end of the 19th and the beginning of the 20th century. We attempt to observe how distinct ideologies and political militancy influenced their language production. The empirical patterns of clitic placement were described and analyzed in texts written by four members from the informants group. This interdisciplinary proposal follows the theoretical assumptions of Variationist Sociolinguistics, in dialogue with History and the Sociology of Language. We support the hypothesis that standard Brazilian Portuguese in São Paulo has characteristics that separate it from modern European Portuguese. Moreover, the linguistic forms that distinguish the written production of those intellectuals serve as differentiation markers among speakers, since they reveal the social status of the individuals and the effects of formal instruction on their practices.

**Keywords:** republican intellectuals of São Paulo, Brazilian Portuguese, clitics

**Resumo:** Neste estudo,<sup>1</sup> discutimos a complexa experiência social e linguística do grupo de intelectuais republicanos paulistas, entre o final do século XIX e início do XX, observando o modo como diferentes ideologias e militâncias políticas influenciaram em suas produções linguísticas. Para o desenvolvimento do estudo, analisamos os padrões de ordenação dos clíticos pronominais em um conjunto de textos produzidos por quatro integrantes desse grupo. Nessa proposta de trabalho, orientada pelos pressupostos teóricos da Sociolinguística Variacionista, História e Sociologia da Linguagem, defendemos a hipótese de que a variedade culta paulista apresenta características próprias, que a distanciam do português europeu moderno. Ademais, as formas linguísticas que singularizam a produção escrita desses intelectuais funcionam como marcadores de diferenciação entre falantes, à medida que revelam a posição social do indivíduo e os efeitos da instrução formal sobre suas práticas.

**Palavras-chave:** intelectuais republicanos paulistas, português brasileiro, clíticos pronominais

## Introdução

Neste estudo, analisamos os usos linguísticos de falantes brasileiros cultos, notadamente os intelectuais republicanos paulistas, interrogando sobre as causas concretas de suas escolhas linguísticas, na passagem do século XIX ao XX. Mediante descrição e análise das variedades usadas por alguns integrantes desse grupo, especificamente no que se refere aos padrões empíricos de ordenação dos clíticos pronominais (*me, te, lhe, nos, vos* e variantes) em orações infinitivas preposicionadas, esperamos evidenciar não

---

<sup>1</sup> Este estudo é parte da tese de doutorado intitulada *O lugar da língua na São Paulo transformada: os usos linguísticos dos intelectuais republicanos paulistas* (SANTOS SILVA, 2012). A pesquisa contou com apoio da Fapesp, processo n. 2008/56388-9. Alguns trechos do texto original permanecem inalterados.

somente os aspectos relacionados à variação, propriamente dita, mas às condições sociais de produção e reprodução linguísticas.<sup>2</sup>

Para desenvolvimento do estudo, partimos do pressuposto de que os intelectuais republicanos paulistas<sup>3</sup> constituem um grupo distinto, inhomogêneo em sua formação, e socialmente estabelecido. Estruturado na segunda metade do século XIX, esse grupo se constituiu pela intersecção de espaços sociais e campos diversos, entre os quais podemos destacar a Academia de Direito de São Paulo, o Partido Republicano, boa parte da imprensa paulista, além dos setores públicos, tais como as Câmaras, a Escola Normal de São Paulo, etc.

No recorte aqui proposto, consideramos a produção escrita de quatro representantes desse grupo específico: Prudente José de Moraes e Barros (4/10/18410 – 13/12/1902); Manuel Ferraz de Campos Sales (15/02/1841 – 28/06/1913); João Alberto Sales (24/10/1857 – 12/03/1904); Francisco de Paula Rodrigues Alves (07/07/1848 – 16/01/1919). Para análise dos usos linguísticos desses sujeitos, focalizamos suas experiências diferenciais, em resultado da posição que ocuparam nesse espaço sócio-cultural e econômico.<sup>4</sup> Sublinhamos, nesse sentido, o fato de que, na São Paulo oitocentista – conflituosa, hierarquizada e contraditória –, as diferentes escolhas linguísticas estão vinculadas não somente ao grau de formação dos falantes, aspecto demasiadamente valorizado naquela sociedade, mas também às relações sociais estabelecidas entre os diferentes grupos, as quais se manifestam enquanto relações de força e poder.

Ainda no conjunto de questões pertinentes a esse estudo, levamos em consideração os movimentos voltados à construção da unidade nacional brasileira, no pós-independência, os quais envolveram a busca por uma língua e uma literatura própria, livre dos laços portugueses.<sup>5</sup> Trata-se de um momento em que grupos sociais situados em espaços aparentemente opostos travam uma verdadeira disputa linguística. Em uma ponta do debate, posicionam-se os letrados defensores do português brasileiro; de outra parte, os favorecedores das normas gramaticais lusitanas (cf. PINTO, 1978; entre outros).

No plano prático, ao mesmo tempo em que se cultivou, de algum modo, a reverência aos padrões linguísticos portugueses, empreenderam-se discursos em defesa de (alguns) usos linguísticos próprios do Brasil e, ainda mais, desenvolveu-se uma literatura brasileira incorporadora de uma variedade linguística distinta do português europeu moderno.

Essa contradição aparente vem sendo analisada por historiadores e linguistas como resultado dos problemas étnicos, sociais, culturais e econômicos que atravessaram a

---

2 Nos termos de Bourdieu (1983, 1990, 2008, 2009; entre outros estudos).

3 Na leitura que fazemos, por intelectuais entendemos os atores políticos que influenciam e são influenciados na sociedade em que vivem e que participam de forma ativa nas discussões presentes nessa sociedade, sendo observados e reconhecidos pelo papel que ocupam como mediadores sociais (SIRINELLI, 1996, p. 243).

4 É importante enfatizar que, em nossa pesquisa, a percepção da existência desse grupo se dá, efetivamente, pela reflexão acerca do lugar ocupado por seus integrantes nos diversos espaços da sociedade paulista do final do século XIX. Não nos guiamos unicamente pela abordagem voltada à história política, mas, seguindo os exemplos de Hilsdorf (1986) e Menezes (2006), consideramos também alguns aspectos das experiências individuais dos sujeitos, bem como das múltiplas relações estabelecidas entre eles.

5 Note-se que, nesse período, as diferenciações entre a língua portuguesa de Portugal e a língua do Brasil não são somente reconhecidas, mas se constituem objetos de reflexão, estudo e debate.

jovem e heterogênea nação brasileira (cf. PAGOTTO, 1993; LIMA, 2003; RODRIGUES, 2008; entre outros). Conforme explicitam os estudos historiográficos, parte dos intelectuais e líderes políticos, no contexto de transformação da sociedade escravista, acreditava que a grande quantidade de negros e mestiços entre a população brasileira situaria o Brasil numa condição de inferioridade em relação aos demais países da América. Diante dessas e de outras questões, intensificaram-se os discursos racistas, que defendiam, entre outras causas, o branquecimento do povo brasileiro, pela entrada de imigrantes europeus (cf. SCHWARCZ, 2001, 2008; entre outros). Ora, nesse ambiente de fortalecimento das teorias raciais, o desprezo à cultura e à língua de negros e indígenas se apresentou como consequência direta das práticas políticas e ideológicas das classes dominantes.<sup>6</sup> Na mesma esteira, a cultivação da herança portuguesa foi a solução encontrada por essas elites para garantir ao Brasil alguma “cultura de civilização” (cf. PAGOTTO, 1993; LIMA, 2003; entre outros). Em outras palavras, guardaríamos a língua e a religião portuguesa: “eis por que não seríamos selvagens” (LIMA, 2003).

É a partir desse quadro que questionamos se os intelectuais republicanos paulistas ficaram submetidos a essas duas forças opostas: de um lado os ideários nacionalistas, com o projeto de uma língua própria, e de outro a necessidade de se prender à tradição portuguesa. A hipótese que norteia esse estudo é a de que a variedade culta usada por esses letrados apresenta características próprias, que a distanciam não somente dos usos vernaculares (populares), mas também do português europeu moderno. Argumentamos, nesse sentido, que as escolhas linguísticas desses sujeitos deixam ver os princípios de organização da sociedade brasileira na passagem do século XIX ao XX, isto é, as ambiguidades e contradições sociais relacionadas, entre outros aspectos, à constituição (ou reconstrução) da(s) identidade(s).

### **Trilhas teóricas e metodológicas**

Essa proposta de análise se encaminha pelo diálogo entre a História, a Sociolinguística Variacionista (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006; LABOV, 1972), e a Sociologia da Linguagem (BOURDIEU, 1983, 1990, 1996, 2008, 2009). Desse modo, tomamos como pressuposto essencial a noção de que a variação linguística não é aleatória, mas governada por fatores diversos – sociais e linguísticos (cf. LABOV, 1972). Ademais, consideramos, com base em Bourdieu (1983, 1990, 2008) que, em qualquer situação comunicativa, os usos linguísticos dos falantes são indissociáveis das condições sociais de produção e reprodução linguísticas, isto é, das condições sociais de aceitabilidade e inaceitabilidade desses usos. Prende-se a essa premissa, o conceito de que as relações de comunicação são também relações de força simbólica, em que os usos linguísticos recebem valores desiguais, dependendo da posição que o falante ocupa na estrutura social; o processo de hierarquização linguística, calcado em valores que refletem as hierarquias sociais, estabelece uma variante socialmente valorizada e legitimada que se impõe sobre todas as outras, classificando-as (cf. BOURDIEU, 2008).

Nessa abordagem, toda comunicação entre os agentes é estruturada não somente nas ações individuais, mas em um nível abrangente – o das estruturas sociais. Na prática, os agentes da fala ocupam um campo em que as relações se encontram objetivamente

---

<sup>6</sup> Cf. Schwarcz (1987, 2001, 2008 e referências ali citadas).

estruturadas (ORTIZ, 1994). A interação, nesse caso, envolve defrontação “numa relação de poder que reproduz a distribuição desigual de poderes agenciados ao nível da sociedade global” (ORTIZ, 1994, p. 7).

Segundo Bourdieu (1990, 1996, 2008), a competência de um determinado agente social é sempre valorada a partir de um mercado linguístico (que funciona como um sistema de sanções e avaliações positivas ou negativas), de modo que o sentido do que se diz resulta do valor distintivo atribuído a um dado produto linguístico, entre outros disponíveis; toda situação linguística, desse modo, funciona como mercado dominado por estruturas globais. Assim, o que circula no mercado linguístico não é a língua, mas discursos estilisticamente caracterizados, que se realizam como mensagens quando os receptores o recebem como produto e lhe atribuem um preço específico relacionado não somente à mensagem em si, mas ao estatuto das relações de poder entre os interlocutores, estabelecido pela posição ocupada por cada produtor em uma determinada estrutura social. Isto é outro modo de dizer que os esquemas acionados para interpretação das mensagens se definem na “interação socialmente estruturada”, de modo que o valor de um discurso depende sempre de quem fala e de como fala (BOURDIEU, 2008).

Essas proposições são realmente relevantes para este estudo, não somente porque a variação linguística é fato patente na São Paulo oitocentista, mas porque, no interior dessa sociedade hierarquizada, os usos linguísticos dos diversos sujeitos recebem valores desiguais. Além disso, nas lutas nacionais pela identidade, desenhadas entre o final do século XIX e início do XX, podemos identificar uma relação evidente de dependência entre os mecanismos de dominação política e a formação do mercado linguístico. As disputas linguísticas entre diferentes grupos de intelectuais brasileiros manifestam essas relações de força simbólica: cada parte luta não somente em favor de um mercado para seus produtos linguísticos, mas defende seu próprio valor como produtor nesse mercado.

## Entre Paulistas

Os textos selecionados para formação do *corpus* pertencem a gêneros diversos: analisamos discursos políticos, mensagens, cartas pessoais, cartas públicas, bilhetes, artigos científicos e jornalísticos, produzidos ou publicados entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX.<sup>7</sup> Acreditamos que essa variabilidade de textos possibilita melhor apreensão dos usos linguísticos desses sujeitos, pois garante uma visão geral da escrita do grupo e evita uma leitura demasiadamente presa à noção de gêneros textuais.

A amostra apresentou um total de 1679 orações contendo clíticos pronominais.<sup>8</sup> Validando os contextos com verbos simples (finitos e não-finitos), a distribuição primária resultou em 47% de próclise e 53% de ênclise. Bem sabemos que esse resultado bruto tende a se mostrar irrelevante no diagnóstico da variação, porque oculta os aspectos que particularizam os processos de cliticização do português, notadamente os contextos sintáticos que apresentam pouca variação na ordenação dos clíticos, tais como orações com verbo em posição inicial absoluta e orações dependentes, em que a ênclise e a próclise,

7 A lista completa (e localização) das fontes manuscritas e impressas encontra-se em anexo.

8 Nesses dados, não computamos as orações contendo o clítico *se*.

respectivamente, são quase categóricas.<sup>9</sup> Todavia, no caso da variedade paulista esses percentuais podem ser tomados como indicativos da preferência pela colocação enclítica. Com efeito, é a ênclise que sobressai na escrita dos paulistas. Dos cinco contextos<sup>10</sup> em que, inicialmente, subclassificamos as orações com verbos simples extraídas das amostras, somente no contexto indicado por orações dependentes é que encontramos predominância de próclise.

Quanto ao ambiente sintático do qual pretendemos nos ocupar neste estudo – as orações infinitivas introduzidas por preposição –, temos somente 17% de próclise (34 casos em 199 dados), distribuídos da seguinte forma:

**Tabela 1: Ênclise em orações infinitivas preposicionadas na escrita de intelectuais paulistas – por tipo de preposição**

	Ênclise		Próclise		
DE	55	87,3%	8	12,7%	63
A	28	87,5%	4	12,5%	32
PARA	65	78,3%	18	21,7%	83
POR	7	87,5%	1	12,5%	8
SEM	4	57,1%	3	42,9%	7
EM	6	100,0%	0	0,0%	6
TOTAL	165	82,9%	34	17,1%	199

Para melhor apreendermos a prevalência de ênclise nos textos produzidos pelos intelectuais paulistas, devemos levar em consideração, inicialmente, o fato, já bem observado por Said Ali (1908), de que esse é um dos contextos sintáticos de que menos se ocupam os compêndios gramaticais (especificamente entre o final do século XIX e início do XX); provavelmente porque, na história da língua portuguesa, esse sempre foi um ambiente de variação.

De fato, Martins (1994) observa que, entre o século XIII e o início do XIV, cada preposição – de, para, a – condiciona diferentemente a colocação dos clíticos no português. Todavia, seu comportamento uniformiza-se nos séculos seguintes, com a prevalência da ordenação proclítica, independentemente do tipo de preposição (MARTINS, 1994, p. 109). De modo geral, os dados analisados por Martins formam o seguinte quadro:

9 Referimo-nos, aqui, aos dados da escrita, que são objeto dessa análise.

10 1) Orações coordenadas (exceto primeira coordenada), orações-raiz com antecedente; 2) orações com verbo em posição inicial absoluta; 3) orações infinitivas e infinitivas preposicionadas; 4) orações gerundivas; 5) orações dependentes (relativas, clivadas, adjuntas, completivas). Nesse recorte, analisamos somente as orações infinitivas preposicionadas.

**Quadro 1: Padrões de ordenação dos pronomes em contextos preposicionados (séculos XIII- XVI)**

TIPO DE PREPOSIÇÃO	PERÍODO (XIII-XVI)
DE	Ordem cIV em todos os períodos
PÊRA	Ordem cIV/Vcl, com variação aparentemente livre entre o século XIII e início do XIV(até a década de 1340), após esse período, a ordem preferencial é cIV
A	Ordem Vcl nos dados referentes ao século XIII e primeira metade do século XIV (até a década de 1340), após esse período, a ordem preferencial é cIV
EM	Ordem Vcl/cIV <sup>11</sup>
SEM	Ordem cIV <sup>12</sup>

Nos textos escritos no século XVI, de acordo com Godoy (2006), predomina a próclise em infinitivas introduzidas pela preposição *a*. A partir do século XVII a ênclise se torna categórica.<sup>13</sup> Já nas orações introduzidas pelas preposições *de* e *para*, a ordem preferencial, até o século XVI, é a próclise. A partir do século XVII, há intensa variação na ordem dos clíticos nesses contextos.

**Tabela 2: Ênclise vs. próclise em orações infinitivas introduzidas pelas preposições *de* e *para* (adaptado de Godoy, 2006)**

	Século XVI		Século XVII		Século XVIII		Século XIX <sup>14</sup>	
	Próclise	Ênclise	Próclise	Ênclise	Próclise	Ênclise	Próclise	Ênclise
DE	98,2%	1,8%	72,7%	27,3%	61,4%	38,6%	75,8%	24,2%
PARA	98,1%	1,9%	79,5%	20,5%	72,6%	27,4%	100%	0%

Da mesma forma, as infinitivas introduzidas pelas preposições *sem*, *em*, *com*, *por* e *até*,<sup>15</sup> que ocorrem com próclise até o século XVI, passam a apresentar variação ênclise/próclise nos séculos seguintes – XVII e XVIII –, com tendência, exceto pelas infinitivas introduzidas pela preposição *em*, ao uso proclítico.

Para o século XIX, Oliveira (2011), analisando a ordenação de clíticos em cartas de escritores brasileiros e portugueses,<sup>16</sup> apresenta os seguintes dados:

11 Os dados de Martins (1994) não são suficientes para evidenciar os limites dessa variação.

12 A autora dispõe somente de duas atestações, contudo, por se tratar de uma preposição que tem caráter de operador de negação, se supõe que a ordem *cIV*, nesse caso, seria obrigatória

13 Note-se que, apesar da predominância da ordem *Vcl*, a maioria dos escritores nascidos até o século XVII apresenta em seus escritos variação entre próclise e ênclise.

14 Esses dados são relativos aos escritos de Ramalho Ortigão (1836), único autor, no *corpus* analisado por Godoy, nascido no século XIX.

15 Infinitivas introduzidas pelas preposições *com* são escassas no *corpus* constituído por textos produzidos a partir do século XVII. Apesar disso, Godoy observa que há autores que, nesses contextos, empregam somente próclise, outros somente ênclise e, alguns, próclise e ênclise.

16 Escritores portugueses: Almeida Garret (1799-1854); Alexandre Herculano (1810-1877); Camilo Castelo Branco (1825-1890); Eça de Queirós (1845-1900); Fernando Pessoa (1888-1935); escritores brasileiros: José de Alencar (1829-1877); Álvares de Azevedo (1831-1852); Machado de Assis (1839-1908); Lima Barreto (1881-1922); Mario de Andrade (1893-1945).

**Tabela 3: Ênclise em orações infinitivas preposicionadas – escritores portugueses oitocentistas (adaptado de OLIVEIRA, 2011)**

Tipo de Preposição	A. Garret	A. Herculano	C. Castelo Branco	Eça de Queirós	Fernando Pessoa
A	100%	100%	100%	100%	100%
DE	4%	2,3%	11,6%	0%	4%
PARA	4,7%	0%	0%	0%	0%
OUTRAS	0%	0%	0%	0%	30%

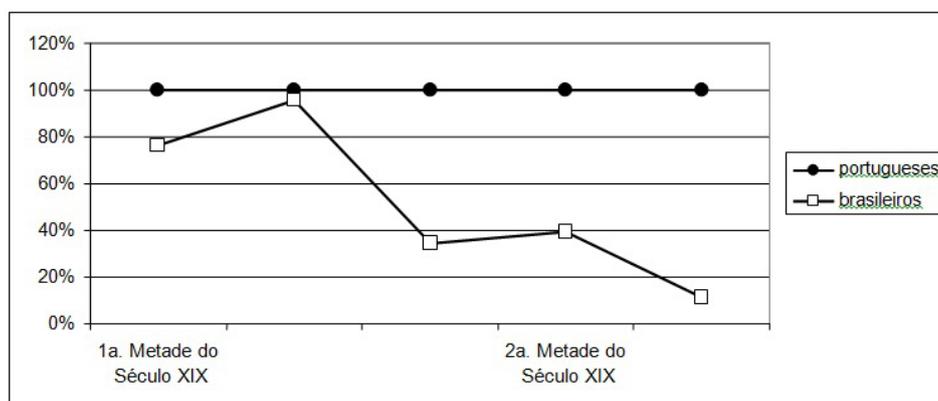
Os estudos de Godoy (2006) e Oliveira (2001) deixam claro que o modelo português especializa-se no uso enclítico no ambiente de preposição *a*, e, apesar de alguma variação, no uso proclítico com as demais preposições. Todavia, esse sistema dual não se repete nos textos produzidos por escritores brasileiros:

**Tabela 4: Ênclise em orações infinitivas preposicionadas – escritores brasileiros oitocentistas (adaptado de Oliveira, 2011)**

Tipo de Preposição	J. Alencar	A. Azevedo	M. Assis	L. Barreto	M. Andrade
A	76%	95,5%	34,5%	39,2%	11,4%
DE	87,5%	87,5%	40%	50%	11,8%
PARA	100%	100%	93,8%	64,7%	12,5%
OUTRAS	100%	50%	50%	16,7%	--

De fato, os dados indicam uma variação própria do português do Brasil. Apesar da predominância de construções enclíticas na produção de escritores românticos (Álvares de Azevedo e José de Alencar), a alternância entre próclise e ênclise ocorre em todos os contextos sintáticos, inclusive em orações introduzidas pela preposição *a*. Note-se que esse contexto específico, pouco enfatizado nas gramáticas e na bibliografia linguística, distingue as variedades do português. O contraste apontado no Gráfico 1, a seguir, deixa ver que a ênclise categórica é uma característica do português europeu moderno, por oposição ao português brasileiro, que registra aumento progressivo de próclise ao longo do século XIX.

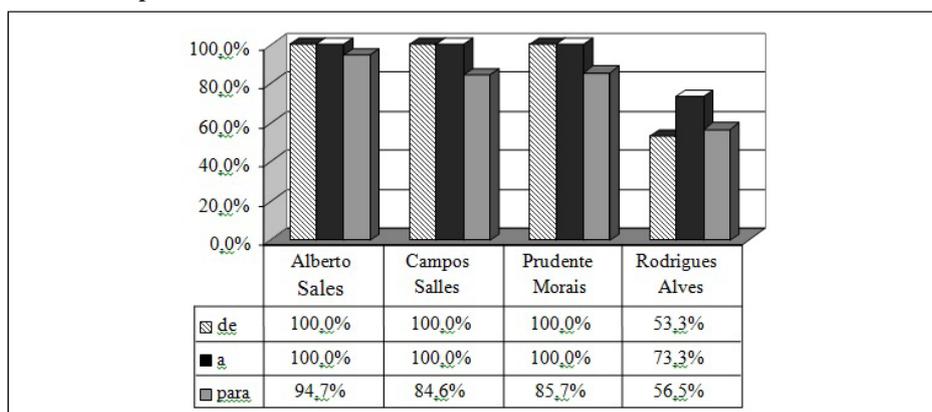
**Gráfico 1: Ênclise em orações infinitivas introduzidas pela preposição *a* – escritores portugueses e brasileiros (adaptado de OLIVEIRA, 2011)**



Conforme propõe Oliveira (2011), o grau marcante de diferença entre essas duas variedades do português não é casual. Segundo a autora, a ênclise generalizada nos textos de escritores românticos se apresenta como um movimento consciente de afastamento com relação à configuração setecentista na qual está ancorado o português europeu moderno. Nessa proposição, se os escritores românticos maximizam o uso da ênclise como forma de oposição à gramática portuguesa, “os modernistas apresentam o leme voltado para a próclise” (OLIVEIRA, 2011). A “mudança na rota da cliticização”, iniciada em Machado de Assis e Lima Barreto é, segundo Oliveira, um outro modo de assegurar o distanciamento em relação ao português europeu.

Analisando, no interior desse quadro, os dados produzidos pelos intelectuais republicanos paulistas, podemos dizer que esses falantes assumiram um padrão enclítico – par e par com os usos linguísticos dos românticos e, conseqüentemente, distante dos usos modernistas.

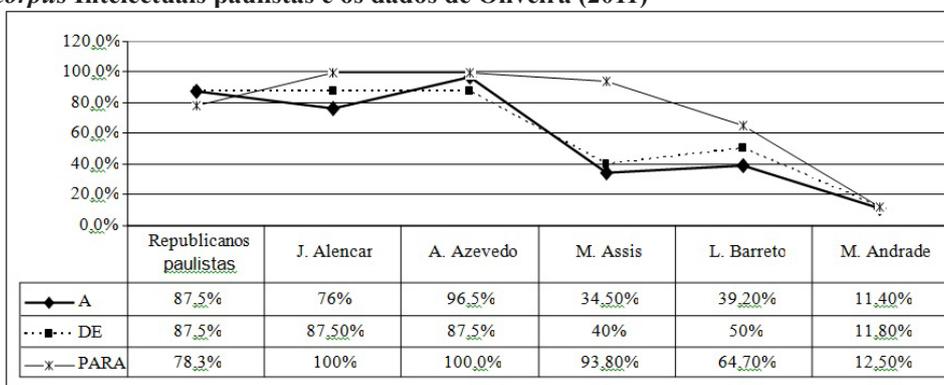
**Gráfico 2: Ênclise em orações infinitivas preposicionadas – por tipo de preposição – escrita de intelectuais paulistas**



O Gráfico 2 deixa ver que, exceto pelos escritos de Rodrigues Alves,<sup>17</sup> há ênclise categórica em orações infinitivas introduzidas pelas preposições a e de; já em infinitivas introduzidas pela preposição para, a taxa de próclise fica abaixo de 15%.

Cotejando esses dados com os resultados de Oliveira (2011), temos o seguinte gráfico:

**Gráfico 3: Ênclise em contexto de orações infinitivas preposicionadas – comparação entre o corpus Intelectuais paulistas e os dados de Oliveira (2011)**



17 Excluindo os dados de Rodrigues Alves, os percentuais para as preposições a, de e para são, respectivamente, 100%, 100%, 88,33% (média simples).

Essa preferência pela ênclise pode ser tomada como indicativo de que os intelectuais republicanos são mais conservadores do que outros paulistas, como Mario de Andrade, cujos textos apresentam, no início do século XX, um padrão predominantemente proclítico.<sup>18</sup> Ademais, o alinhamento da escrita da maioria dos republicanos paulistas ao modelo de língua dos românticos brasileiros, e não ao padrão lusitano, parece conter em seu bojo a crítica à subordinação do Brasil aos ditames portugueses.

Para fechar esse quadro, resta discutir a produção escrita de Rodrigues Alves, em que os percentuais relativos à ênclise ficam em torno de 50%. Ora, podemos supor, inicialmente, que esse falante caminha paralelamente a Machado de Assis e Lima Barreto, ou seja, a ordenação dos clíticos em seus textos ruma em direção à próclise que se assenta definitivamente nos séculos seguintes (cf. OLIVEIRA, 2011). Todavia, assumindo essa perspectiva, ficamos com o ônus de explicar por que a mudança em direção à próclise alcança somente a escrita de parte desses falantes cultos.

Sempre considerando o fato de que, no *corpus* analisado, a ordem enclítica ocorre independentemente do tipo de verbo e de preposição e, ainda, que não há indícios de correspondência entre a ordenação dos clíticos em orações infinitivas preposicionadas e o uso dos clíticos na(s) oração(ões) que a precede(m), supomos que são as condições produção e reprodução linguísticas que melhor explicam as divergências nos usos linguísticos desses intelectuais.<sup>19</sup>

Nesse sentido, consideramos dois fatos especialmente importantes. Primeiro é preciso notar que Rodrigues Alves estudou no Colégio Pedro II (RJ), instituição cujo prestígio excedeu os limites do Império.<sup>20</sup> O curso, com duração de sete anos, além de conferir ao formado o título de bacharel em Letras, permitia seu ingresso em qualquer curso superior oferecido por instituições públicas brasileiras, sem a exigência de aprovação nos exames parcelados, obrigatórios a alunos oriundos de outras instituições (cf. D'AMARAL, 2003). Alguns dos mais reconhecidos intelectuais do Segundo Reinado fizeram do Colégio D. Pedro um lugar de produção e reprodução do “saber acadêmico”; ademais, já está bem registrada nos estudos historiográficos a ligação estreita que o Imperador estabelecia com essa instituição. Conforme observa Schwarcz (1998, p. 151), D. Pedro

---

18 Na leitura desses dados, não podemos desconsiderar o fato de que, no início do século XX, parte dos escritores brasileiros (notadamente os modernistas) questionava a existência de uma norma linguística socialmente dominante muito distinta dos usos linguísticos dos brasileiros. Nesse sentido, Mario de Andrade (apud PINTO, 1990, p. 12v) chega dizer: “O melhor seria o governo entregar a normalização sintática contemporânea a um grupo de homens de valor [...]. Falo valor linguístico – e que pesquisassem no falar brasileiro certas determinações fraseológicas mais ou menos gerais que pudessem ser estabelecidas como normas de sintaxe nossa”. Conforme se vê, Mario de Andrade aponta a possibilidade de uma redefinição (social, certamente) do que poderia ser considerado língua legítima naquela sociedade. Assim, ainda que a maioria dos escritores não procurasse “escrever à brasileira”, não é demais esperar que, ao menos nesses contextos menos corrigidos pelos gramáticos, os escritos produzidos no curso do século XX tenham se conformado no modelo do português de cá.

19 Inicialmente consideramos, entre os fatores relevantes, a data de produção/ publicação dos textos, especialmente porque a maioria dos escritos de Rodrigues Alves, o mais proclítico dos autores analisados, foi produzida no início do século XX, de modo que seus textos são os mais recentes no conjunto analisado. Todavia, o que verificamos é que essa variação próclise/ ênclise em infinitivas preposicionadas já estava presente em textos produzidos pelo autor na década de 1860.

20 Vale lembrar, nesse sentido, que esse Colégio é a única instituição de ensino citada e claramente protegida pela Constituição Federal de 1988 (art. 206, IV, parágrafo 2º): “O Colégio Pedro II, localizado na cidade do Rio de Janeiro, será mantido na órbita federal”.

II, em carta a José de Bonifácio, chegou a dizer: “Eu só governo duas coisas no Brasil: a minha casa e Colégio de Pedro II”.

É possível, portanto, que Rodrigues Alves tenha sido fortemente influenciado por esse ambiente letrado, que lhe ofereceu condições de aquisição da variedade linguística socialmente prestigiada na Corte. Esse fato, todavia, ainda deixa dúvidas quanto à singularidade de sua escrita em relação aos demais republicanos, pois, independentemente de seus saberes práticos, nas relações objetivas lhe era facultada a apropriação do valor simbólico de outros elementos linguísticos dispostos a funcionar como marcadores de distinção social.

Mas há um segundo fator que, a nosso ver, é mais decisivo na conformação da prática linguística desse intelectual, qual seja sua filiação ao Partido Conservador – de apoio ao governo imperial. Somente após a proclamação da República, Rodrigues Alves se torna republicano. O que importa aqui não é a filiação partidária propriamente dita, mas os grupos sociais e o modo como os indivíduos partilham espaços, culturas, projetos, gostos, etc. Note-se, por exemplo, que, apesar de vinculado, por vários laços, aos integrantes do grupo dos republicanos, Rodrigues Alves comungava as ideias da dissidência conservadora (cf. D’AMARAL, 2003).

De outra parte, Alberto Sales, Campos Sales e Prudente de Moraes, chamados republicanos históricos, fizeram a propaganda republicana, difundiram a proposta de federação, cultivaram o sentimento de paulistanidade. Ao que parece, esses três sujeitos partilharam esse outro conjunto de propriedades distintivas, o qual, valorado na estrutura das relações sociais nas quais é gerado, produz efeito sobre as práticas dos sujeitos que o contém.<sup>21</sup> Decorre daí que as ações desses falantes podem marcar essas diferenças e, nessa esteira, suas escolhas linguísticas podem se constituir por oposição à escolha de outros indivíduos que, embora próximos no espaço social, estabelecem vínculos distintos com o grupo.

Embora não possamos propor uma perfeita correlação entre fatos linguísticos e sociais, na análise aqui proposta esse fator é especialmente relevante, porque diz respeito ao modo como os grupos se estruturam e se dispõem na sociedade.

## **Observações finais**

Na introdução deste estudo, observamos que na sociedade brasileira escravista o português oral (e popular), apresentado como desvio em relação à linguagem da “gente culta”, sofreu continuada depreciação, enquanto a herança europeia, tomada como elemento de sustentação de um Brasil civilizado, foi progressivamente valorizada (cf. PAGOTTO, 1998; LIMA, 2003; RODRIGUES, 1998). Nesse contexto, a decisão de não tomar o português brasileiro oral como padrão aceito para a escrita cooperou para manutenção dos mecanismos de distinção e afirmação da distância entre os grupos sociais (cf. PAGOTTO, 1998).

Na relação com Portugal e com a língua portuguesa herdada do ex-colonizador, o que os brasileiros buscaram, entretanto, não foi a legitimação dos usos linguísticos populares, mas a autoridade linguística e literária, isto é, o reconhecimento e a legitimidade

---

<sup>21</sup> Nos termos de Bourdieu (1996, 2009).

da língua culta em uso no Brasil, de tal modo que suas variações em relação ao português europeu (notadamente as variações enaltecidas na literatura e/ ou usadas pelos letrados) passassem a ser representadas como formas legítimas de dizer de *um povo* e de uma nação (cf. COELHO, 2008). Pelo reconhecimento das (de algumas) variações da língua em uso no Brasil, os intelectuais brasileiros alcançariam, nas relações de trocas simbólicas (nos termos de Bourdieu, 2008), o mesmo poder de impor a recepção e a reprodução linguística de que gozavam os portugueses.

Dessa perspectiva sócio-histórica e linguística, podemos dizer que os usos linguísticos dos intelectuais republicanos paulistas funcionam como marcadores de distinção social entre os diversos grupos falantes. Dito de outro modo, a generalização enclítica na escrita desses falantes cumpre dupla tarefa: opera para conservação do distanciamento entre os usos linguísticos de falantes cultos e *não-cultos*, ao mesmo tempo em que contribui para marcação da distinção da variedade culta brasileira em relação à norma portuguesa. As escolhas linguísticas desses sujeitos refletem, portanto, as instabilidades, conflitos e ambiguidades que marcaram a sociedade brasileira do final dos oitocentos e deixam ver os traços de múltiplas experiências socializadoras, diversificadas e intrincadas, em cuja base está a busca pelas identidades.

## REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. A economia das trocas linguísticas. In: ORTIZ, R. (Org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 1996.
- \_\_\_\_\_. *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Edusp, 2008.
- \_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- COELHO, O. F. Os nomes da língua: configuração e desdobramentos do debate sobre a língua brasileira do século XIX. *Revista IEB*, n. 47, 2008.
- D'AMARAL, M. T. *Rodrigues Alves*. São Paulo: Três, 2003. 169 p.
- HILSDORF, M. L. S. *Francisco Rangel Pestana: jornalista, político, educador*. 1986. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- LABOV, W. *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 1972.
- LIMA, I. S. A língua brasileira e os sentidos de nacionalidade e mestiçagem no Império do Brasil. *TOPOI*, v. 4, n. 7, p. 334-356, jul.-dez. 2003.
- MARTINS, A. M. *Clíticos na história do português*. 1994. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa.

MARTINS, M. A. *Competição de Gramáticas do português na escrita catarinense dos séculos 19 e 20*. 2009. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina.

MENEZES, R. C. D. *O grupo do Almanaque Literário de São Paulo: paradigmas da sociabilidade republicana nos tempos da propaganda (1876-1885)*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

OLIVEIRA, M. Pluricentrismo na Arena Linguística. In: SILVA, A. S. et al. (Org.). *Pluricentric Languages: Linguistic Variation and Sociocognitive Dimensions*. Braga: Universidade Católica Portuguesa, 2011. p. 681-694.

ORTIZ, R. A Procura de uma Sociologia da Prática. In: ORTIZ, R. (Org.) *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1994. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, Volume 39).

PAGOTTO, E. G. Clíticos, Mudança e Seleção Natural. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (Org.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica: homenagem a Fernando Tarallo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 185-206.

\_\_\_\_\_. Norma e condescendência: ciência e pureza. *Línguas e Instrumentos Linguísticos* 2. São Paulo: Pontes, 1998.

PINTO, E. P. *Português do Brasil: textos críticos e teóricos: 1820/1920*. Fontes para a teoria e a história XV-LVIII. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Edusp, 1978.

\_\_\_\_\_. *A gramatiquinha de Mário de Andrade: texto e contexto*. São Paulo: Duas Cidades/Secretaria de Estado da Cultura, 1990. 462p.

RODRIGUES, J. P. C. S. Tupifilia internacional: tupi, cientistas e viajantes no século XIX. In: LIMA, I. S.; CARMO, L. do (Org.). *História Social da Língua Nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa Rui Barbosa, 2008. p. 327-349.

SAID ALI, M. *Difficuldades da língua portuguesa: estudos e observações*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1908.

SANTOS SILVA, H. *O lugar da língua na São Paulo transformada: os usos linguísticos dos intelectuais republicanos paulistas*. 2012. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

\_\_\_\_\_. *As barbas do Imperador: dom Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. *Racismo no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2001.

\_\_\_\_\_. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e pensamento racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SIRINELLI, J. Os Intelectuais. In: REMOND, R. (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1996.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

## ANEXO

### Fontes manuscritas

#### **A. Museu Histórico e Pedagógico Prudente de Moraes (Piracicaba/ SP)**

Correspondência de Prudente de Moraes – cartas de Prudente de Moraes ao seu filho Antonio de Moraes – (sem data); (13/10/1899); (23/08/1899); (6/10/1899); (28/04/1899); (18/03/1896); (25/10/1902); (17/03/1900); (27/03/1901); (13/11/1894); (21/01/1900); (13/02/1900); (6/03/1900); (8/04/1900); (29/04/1900); (13/05/1900); (26/05/1900); (12/06/1900); (20/09/1892); (21/06/1899); (15/07/1899); (18/09/1899); (19/08/1899); (21/10/1900); (16/10/1900); (4/02/1901); (26/02/1901); (13/03/1901); (16/02/1902); (27/06/1900); (5/07/1900); (31/08/1900); (05/10/1900); (28/09/1900);

#### **B. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro/ RJ)**

Correspondência de Rodrigues Alves – cartas de Prudente de Moraes a Rodrigues Alves: carta de 03/02/1897 (Lata 1113/Pasta 30); carta de 12/01/1897 (Lata 1113/Pasta 28); carta de 05/12/1896 (Lata 1113/Pasta 26); carta de 30/09/1896 (Lata 1113/Pasta 21); carta de 02/10/1895 (Lata 1113/Pasta 21); carta de 03/12/1895 (Lata 1113/Pasta 21); carta de 30/10/1895 (Lata 1113/Pasta 21); carta de 06/12/1895 (Lata 1113/Pasta 21); carta de 11/12/1895 (Lata 1113/Pasta 21); carta de 17/04/1895 (Lata 1113/Pasta 21); carta de 30/07/1896 (Lata 1113/Pasta 21); carta de 10/07/1896 (Lata 1113/Pasta 21); carta de 04/04/1896 (Lata 1113/Pasta 21); carta de 21/08/1896 (Lata 1113/Pasta 21).

Correspondência de Rodrigues Alves – cartas de Campos Sales a Prudente de Moraes: carta de 1897 (Lata 809/ Pasta 47); carta de 24/02/1897 (Lata 809/Pasta 47); Carta de 11/04/1897 (Lata 809/Pasta 47); carta de 15/11/1897 (Lata 809/Pasta 47); bilhete de 10/06/1897 (Lata 809/Pasta 47); bilhete de 06/07/1897 (Lata 809/Pasta 47).

Documentos de Rodrigues Alves (diversos)

Diário íntimo (DL 806/53); Caderneta pessoal (Lata 86/Pasta 53)

#### **C. Museu Histórico e Pedagógico Rodrigues Alves (Guaratinguetá/ SP)**

Correspondência de Rodrigues Alves – carta de Prudente de Moraes a Rodrigues Alves – (30/07/1896).

Correspondência de Rodrigues Alves – carta de Campos Sales a Prudente de Moraes – (02/04/1897).

Documentos pessoais de Rodrigues Alves (diversos)

Diário de Rodrigues Alves (cópia manuscrita).

#### **D. Museu Republicano “Convenção de Itu” – Museu Paulista (Itu/SP)**

Acervo Prudente de Moraes – carta de Prudente de Moraes a João Lourenço Rodrigues, datada de 09/12/1901 (MR 459).

Acervo Prudente de Moraes – carta de Prudente de Moraes a Pinheiro Fernandes Pinheiro, datada de 09/10/1899 (PM Ca0 P5).

Acervo Prudente de Moraes – Bilhete de Prudente de Moraes a Francisco de Paula Sousa, datado de 18/04/1892 (PM Ca2 P5).

Acervo Prudente de Moraes – Bilhete de Prudente de Moraes a Francisco de Paula Sousa, datado de 31/07/1893 (PM Ca3 P5).

## **2. Fontes impressas**

### **A. Museu Pedagógico Prudente de Moraes (Piracicaba/ SP)**

Discurso proferido por Prudente de Moraes em 26 de Março de 1879.

Discurso pronunciado em banquete que lhe foi oferecido por ocasião de seu aniversário (sem data).

### **B. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro/ RJ)**

Discurso (minuta) – Rodrigues Alves (1902).

Discurso proferido por Rodrigues Alves em 10 de Maio de 1902(Pasta 39/ Lata 806).

Discurso proferido por Rodrigues Alves em 03 de Maio de 1916 (Pasta 37/lata 806).

Dissertação escrita por Rodrigues Alves, intitulada “A idéia de direito é independente da idéia de um poder soberano que o faça executar por meio da força?”, em 24 de Maio de 1866 (Pasta 51/ Lata 86).

### **C. Museu Republicano “Convenção de Itu” – Museu Paulista (Itu/ SP)**

Discurso proferido por Prudente de Moraes em 26 de março de 1890 (01VPP).

Discurso proferido por Prudente de Moraes em 15 de novembro de 1894 (01VPP).

### **D. Biblioteca Central Cesar Lattes – Unicamp (Campinas/ SP)**

Sales, João Alberto. Cartas a Julio Ribeiro. Tipographia da Província: São Paulo, 1875.

Sales, João Alberto. Cathecismo Republicano. Leroy King Book Walter: São Paulo, 1885.